

FNSP (UGT) e FENPROF (CGTP-IN): dois discursos

«Guerra do ensino» alarga-se às centrais sindicais

O gabinete do ministro da Educação anunciou ontem que será brevemente publicada legislação que permitirá aos docentes com habilitação própria, dos ensinos Preparatório e Secundário, o provimento em efectivos provisórios.

Esta decisão foi também anunciada pela Federação Nacional dos Sindicatos dos Professores (FNSP), afecta à UGT, que afirma, após uma reunião com o ministro da Educação, ter chegado a «um acordo de princípio que levará à efectivação dos professores com habilitação própria que possuam dois anos de serviço».

Dos cerca de 15 mil professores provisórios com habilitação própria, colocados na primeira fase do concurso, apenas três mil obtiveram no ano passado efectivação provisória.

A Federação Nacional dos Professores (FENPROF), afecta à CGTP-IN, considera por seu turno que «só mediante a negociação de legislação efectivamente correcta» os professores poderão concordar com aquela decisão.

A FENPROF recorda que em 1985 o ministro «com o aplauso dos mesmos parceiros (a FNSP/UGT) prometia a estabilidade para todos os professores provisórios».

«Depois, tanto o Decreto-Lei 150/85 como a legislação sobre concursos, desmentiu em toda

a essas intenções», acrescenta a FENPROF.

A secretária-geral da FNSP, Manuela Teixeira, considerou que a garantia de efectivação para 15 mil professores dos ensinos Preparatório e Secundário e a possibilidade dos professores em formação concorrerem a efectivos foi uma das conclusões da reunião que a FNSP teve quarta-feira com o ministro.

Na reunião, a FNSP afirma ter reivindicado o acesso à sexta fase para os professores que se aposentaram e a resolu-

ção urgente da situação salarial dos delegados escolares.

A FNSP informou também ter sido acordado com o ministro a revisão da lei com o objectivo de facultar aos professores em formação a possibilidade de concurso no próximo ano.

O ministro João de Deus Pinheiro comprometeu-se, também, perante a FNSP, a reunir com o Conselho Consultivo para a Formação de Professores na próxima semana, na perspectiva de melhorar o sistema de formação em vigor.

Para a FENPROF, as intenções manifestadas pelo ministro «são uma tentativa, ainda que insuficiente, de responder a algumas, poucas, das justas reivindicações que os professores e educadores de todos os

graus de ensino vêm fazendo».

A FENPROF destaca, a título de exemplo, que em relação à definição das carreiras docentes, «questão que é de negociação e resolução urgentíssima, nem uma palavra é dita».

Relativamente à opinião expressa pelo ministro de que a FENPROF «não tem apresentado propostas alternativas fundamentadas para negociação», a Federação considera tratar-se de «uma grave inverdade e que se o ministro dissesse o contrário, não mentiria».

A FENPROF, que marcou uma greve nacional para fins de Março afirma «ir prosseguir a luta pela plena concretização das intenções agora expressas e pela negociação de todas as outras reivindicações».

Pd Arca - Professores